

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/ INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903091	
CAPÍTULO 2	9
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903092	
CAPÍTULO 3	21
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903093	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903094	
CAPÍTULO 5	42
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903095	
CAPÍTULO 6	54
A PERCEPÇÃO DE PROFESSOR(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903096	
CAPÍTULO 7	62
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

CAPÍTULO 8 72

A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR

Jéssica Reis Silvano Barbosa

Gislaine Reis

DOI 10.22533/at.ed.9211903098

CAPÍTULO 9 80

A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY

Karla dos Santos Guterres Alves

Antônio Luiz Santana

DOI 10.22533/at.ed.9211903099

CAPÍTULO 10 88

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015

Raimundo Ribeiro Passos

Afrânio Ferreira Neves Junior

Paulo Rogério da Costa Couceiro

Genoveva Chagas de Azevedo

Maria Marly de Oliveira Coêlho

Valdete da Luz Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.92119030910

CAPÍTULO 11 100

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92119030911

CAPÍTULO 12 109

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alessandra Andrea Monteiro

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030912

CAPÍTULO 13 119

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

CAPÍTULO 14	130
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i>	
<i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030914	
CAPÍTULO 15	141
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i>	
<i>Ligía Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030915	
CAPÍTULO 16	154
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i>	
<i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i>	
<i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030916	
CAPÍTULO 17	162
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i>	
<i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i>	
<i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030917	
CAPÍTULO 18	174
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i>	
<i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i>	
<i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i>	
<i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030918	
CAPÍTULO 19	183
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i>	
<i>Arlete Aparecida Bertoldo</i>	
<i>Priscila Miranda Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030919	
CAPÍTULO 20	191
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

CAPÍTULO 21 203

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gildene do Ouro Lopes Silva

Amanda Lázari

Amanda Calefi Felex

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

CAPÍTULO 22 211

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Jokasta Pires Vieira Ferraz

Andrea Polena

Simony Rafaeli Quirino

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

CAPÍTULO 23 224

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Arthur Beserra de Melo

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

CAPÍTULO 24 232

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Laura Renata Dourado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

CAPÍTULO 25 241

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

Clarice de Matos Oliveira

Thenner Freitas da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

CAPÍTULO 26 250

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

Ana Carolina Fleury

Ivo Monteiro de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

CAPÍTULO 27 262

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cláudia Araújo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

CAPÍTULO 28 271

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

CAPÍTULO 29 283

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

CAPÍTULO 30 309

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

Elaine Marasca Garcia da Costa

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

CAPÍTULO 31 323

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

Douglas Bardini Silveira

Eduardo Aquini

Isonel Maria Comelli Pavei

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

CAPÍTULO 32 331

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arthur Beserra de Melo

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

CAPÍTULO 33 342

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Viviani dos Santos

Sabrina Araujo de Almeida

Pedro Humberto Faria Campos

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

CAPÍTULO 34	355
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030934	
CAPÍTULO 35	363
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030935	
CAPÍTULO 36	372
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030936	
CAPÍTULO 37	383
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRICIAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030937	
CAPÍTULO 38	390
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030938	
SOBRE OS ORGANIZADORES	416
ÍNDICE REMISSIVO	417

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?

Andrialex William da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte

Tarcileide Maria Costa Bezerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte

Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte

Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro

Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza – Ceará

RESUMO: O presente trabalho versa sobre as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Tem-se por objetivo geral analisar as concepções desses profissionais sobre a inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o uso de questionário e da técnica do Teste de Associação Livre de Palavras. Participaram deste estudo 30 profissionais da área de educação. O supracitado questionário foi aplicado durante a oficina intitulada “Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva: refletindo sobre os desafios e possibilidades no Município de

Jardim de Angicos”, realizada no município de Jardim de Angicos (RN) com os funcionários da Secretaria Municipal de Educação. A oficina aconteceu por meio de um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em julho de 2017. Os resultados apontam a existência de uma visão romântica sobre a temática da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva quando os profissionais afirmam ser o “amor”, o “carinho” e o “acolhimento” necessários à inclusão e que o aluno com NEE precisa ser concebido como sujeito presente na escola. Esses profissionais atribuem importância à formação continuada e asseveram que, sem metodologias que os ajudem no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com NEE e de material didático ou objetos especiais (jogos de montar; lápis adaptado, carteira adaptada etc), também não haverá inclusão. Conclui-se, portanto, que sentimentos de acolhimento e aceitação das diferenças aparecem em primeiro plano para a efetivação da inclusão escolar; que, neste caso estudado, o aluno com NEE é visto no espaço escolar como sujeito participante do ambiente educacional; e que a formação docente continuada faz-se necessária à efetiva inclusão, bem como o uso de metodologias e recursos didáticos adequados para atender às demandas desse alunado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Compreender as dimensões teóricas e práticas da Educação Especial (EE) faz parte das atribuições dos agentes atuantes no sistema educacional, principalmente dos profissionais que trabalham no ambiente escolar. Dessa forma, fomentar as discussões sobre as temáticas que estão relacionadas a essa modalidade de educação possibilita a democratização da escola e viabiliza a inserção dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), no caso o público alvo da educação especial, que, de acordo com a legislação nacional, caracteriza-se como aquele sujeito que tem alguma deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação/altas-habilidades (BRASIL, 1996) no contexto da escola regular.

O alunado, público alvo da EE, está presente em várias escolas de diversos municípios em território nacional, buscando, assim, garantir a ocupação de seu espaço por direito à educação (BRASIL, 1988), visando que o poder público assegure, por meio dos sistemas educacionais, a escolarização para esse grupo. Nesse sentido, torna-se latente a necessidade de reflexões sobre as concepções dos professores e demais agentes que atuam nos espaços escolares bem como sobre o que significa Educação Especial.

Porém, nessa discussão, não cabe apenas pensar sobre o que é EE, mas, além disso, também buscar compreender sobre como desenvolvê-la em uma perspectiva inclusiva. A inclusão busca repensar o espaço escolar de forma que a instituição de ensino acolha o aluno com deficiência e não o aluno se adapte à escola. Nesse sentido, novos desafios são lançados à escolarização, e antigas concepções sobre a educação especial e a perspectiva em que ela é trabalhada são postas em xeque.

Sendo assim, a teoria se embaralha com a prática do cotidiano escolar, tornando-se um único elemento de duas facetas. Essas faces repercutem diretamente na escolarização dos alunos com necessidade educacional especial, na prática docente e na cultura escolar, gerando uma reflexão sobre o que entendemos por educação.

Nesse contexto, nosso trabalho busca analisar as concepções dos profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação do Município de Jardim de Angicos (RN) sobre o que é a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, elucidando o perfil dos professores e demais envolvidos com a educação local.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nossa investigação se apoia nos princípios da abordagem qualitativa, partindo do fato que tal perspectiva se baseia “principalmente na percepção e na compreensão humana” (STAKE, 2011, p. 21). Ou seja, nossa análise se fundamenta nas compreensões à luz de nossos referencias teóricos. Sobre este entendimento,

Prodanov e Freitas (2013, p. 70) ainda apontam que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa”.

Como instrumentos para a construção dos dados, utilizamos a técnica do Teste de Associação Livre de Palavras, que consiste na construção de sentidos sobre as primeiras impressões tidas a partir do contato com um determinado objeto. Tavares *et al* (2014, p. 73) dizem que:

a técnica [...] atua diretamente sobre a estrutura psicológica dos indivíduos por meio de estímulos indutores, que podem ser verbais ou não verbais que respondem às induções, evidenciando aspectos de sua personalidade ou suas representações acerca do objeto indutor.

Com base nesse pressuposto, foi construído um questionário dividido em duas partes. A primeira dizia respeito à construção dos perfis dos sujeitos, com dados da esfera pessoal e dados da esfera profissional, que questionava: o cargo que ocupava na cidade investigada, o gênero com o qual se identificava, a idade, a formação acadêmica, contemplando a graduação e possíveis cursos de pós-graduação, o tempo de experiência na área de educação e se já atuou com o público alvo da EE.

A segunda parte do questionário solicitava que os sujeitos lessem a frase: “Educação especial em uma perspectiva inclusiva”. Em seguida, foi orientado que eles escrevessem rapidamente as três primeiras palavras que pensassem e que contemplassem a expressão. Feito isso, foi solicitado que os sujeitos enumerassem as palavras registradas de “1” a “3”, sendo “1” o de maior grau de importância e “3” o de menor grau. Por fim, o instrumento solicitava que os sujeitos justificassem a escolha e a hierarquização das palavras.

O supracitado questionário foi aplicado durante a oficina intitulada “Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva: refletindo sobre os desafios e possibilidades no Município de Jardim de Angicos”, realizada no município de Jardim de Angicos (RN) com os funcionários ligados à Secretaria Municipal de Educação. A oficina aconteceu por meio do projeto de extensão Trilhas Potiguares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em julho de 2017, sendo realizada duas vezes no mesmo município para atender a um maior número de profissionais.

Nessa perspectiva, faz-se necessária a definição do que é Educação Especial (EE): “modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar” (BRASIL, 2010, s. p.).

Importante destacarmos que a Educação Especial se destina aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em consonância com tal perspectiva, Magalhães e Cardoso (2011, p. 15) apontam que a educação especial passou por transformações ao longo dos anos. A

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, lembra-nos que a “segregação em instituições especializadas é substituída por uma abordagem na qual a pessoa com deficiência possa desenvolver suas potencialidades no contexto do ensino regular” (BRASIL, 2010, s.p.).

Diante de uma breve contextualização histórica, a Educação Especial passou por diversas concepções e paradigmas ao longo da história, até que, na década de 1990, as discussões sobre o trabalho na perspectiva inclusiva se intensificaram. Sobre essa perspectiva, Magalhães e Cardoso (2011, p. 15) afirmam ainda que “a ideia subjacente é de que não é o aluno quem deve se moldar totalmente às demandas escolares”, mas que a escola agora busque aceitar e atender às demandas do aluno, sendo assim, “o problema não está centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições de ensino-aprendizagem que a escola possibilita” (MAGALHÃES; CARDOSO, 2011, p. 15).

Nesse cenário, o trabalho pedagógico com a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva traz ao sistema de ensino novos paradigmas para se pensar a educação e refletir sobre a prática docente dentro das instituições de ensino. Mantoan (2003, p. 20) afirma que “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora” e que, para isso, demanda cada vez mais olhares atentos à diversidade e discussões fervorosas nesse campo de conhecimento.

RESULTADOS

O município de Jardim de Angicos fica localizado na Central Potiguar do Estado do Rio Grande do Norte (RN), com uma distância de 104 km da capital Natal. A cidade Jardim de Angicos tem, de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2018), cerca de 2.607 habitantes e apenas 254 km² de extensão territorial.

Em relação à população do sistema educacional, o censo escolar de 2017, ano da aplicação do questionário, apontou 1.562 matrículas distribuídas, de acordo com a classificação do censo, entre creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental (anos iniciais e finais) e de ensino médio (contando aqui o ensino regular e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos). O mesmo censo assinalou 18 matrículas na modalidade Educação Especial, sendo 2 matrículas em creches, 10 nos anos iniciais e 6 nos anos finais do ensino fundamental (CENSO ESCOLAR, 2018).

Nesse contexto, o questionário foi aplicado em 35 sujeitos que atuam no sistema municipal de educação da cidade. Porém, destes, só fizeram parte de nossas análises 30 questionários porque foram respondidos integralmente. Dentre os sujeitos da pesquisa, estão: 24 professores(as); 2 auxiliares de sala; 1 coordenadora; 1 diretora; 1 técnica da Secretaria de Educação; 1 secretário da educação, sendo esses 21 mulheres e 9 homens.

Em relação à faixa etária desses profissionais, trabalhamos com: 4 sujeitos de 21 a 25 anos; 3 sujeitos de 26 a 30 anos; 6 sujeitos de 31 a 35 anos; 9 sujeitos de 36

a 40 anos; e 8 sujeitos com mais de 41 anos, como ilustra o gráfico a seguir.

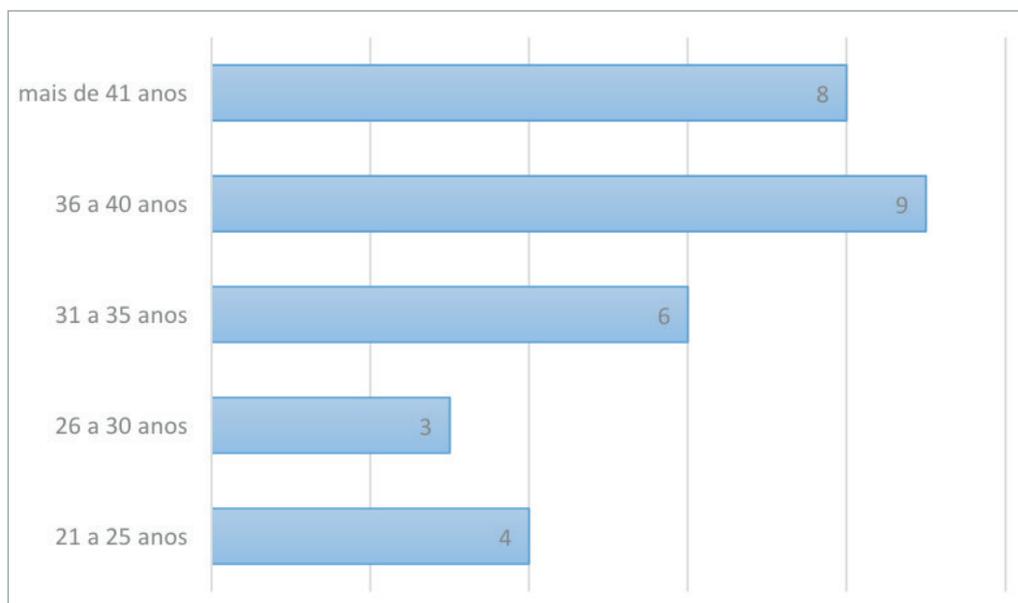


Gráfico 1 – Distribuição dos sujeitos de acordo com a faixa etária

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

De acordo com o gráfico 1, a maioria dos profissionais tem mais de 30 anos de idade. Os dados indicam o tempo de atuação dos profissionais no sistema de ensino que é de 11,6 anos. No grupo, havia pessoas sem nenhuma experiência em sala de aula, enquanto o que de maior experiência contabilizava 30 anos de prática em contexto educativo. Quando questionados sobre se já atuaram com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), 11 sujeitos responderam que não e 19 que sim. Dessa forma, refletindo sobre os dados coletados, podemos afirmar que, quanto maior o tempo de atuação na educação, é mais provável ter trabalhado com algum aluno com NEE, o que se constata nas respostas dos participantes.

Em relação à formação dos participantes da investigação, trabalhamos com 23 pedagogos(as), sendo que destes(as) 4 tinham Especialização em Psicopedagogia, 2 ainda estavam cursando a graduação, 2 eram professores com graduação em Educação Física, 2 em Física, 1 em Letras – Língua Portuguesa, 1 em História e 1 em Matemática.

Para analisarmos as respostas da segunda parte do questionário, organizamos as palavras em categorias: Categoria A - palavras que dizem respeito a uma visão romântica da Educação Especial (amor; carinho; acolhimento); Categoria B - palavras que dizem respeito à formação para atuar com pessoas com deficiência (formação; especialização; qualificação); Categoria C - palavras com a ideia de empatia (respeito; igualdade; estima); Categoria D - palavras que fazem referências a procedimentos didáticos (metodologia; métodos; recursos didáticos).

Quando se trata das palavras a que foram atribuídas o número 1, ou seja, a mais importante, a quantidade de palavras nas categorias A, B e C mostra-se equilibrada,

sendo 10 para cada categoria, como demonstra o gráfico 2.

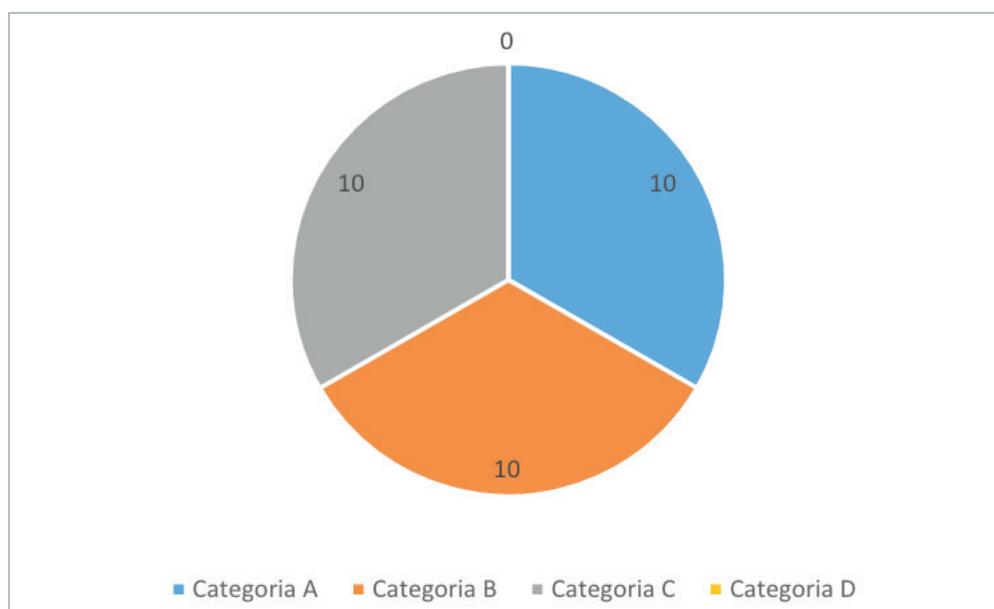


Gráfico 2 – Distribuição das respostas 1 dentro das categorias

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Interpretando o gráfico 2, analisamos que 17 professores identificaram a Educação Especial relacionada aos sentimentos de amor, carinho e acolhimentos. Nesse sentido, consideramos que esses sentimentos se reportam a uma visão romântica necessária à Educação Especial. Nas palavras que receberam o número 2, ficaram 17 na categoria A, 1 na categoria B, 10 na C e apenas 2 na categoria D, como mostra o gráfico 3.

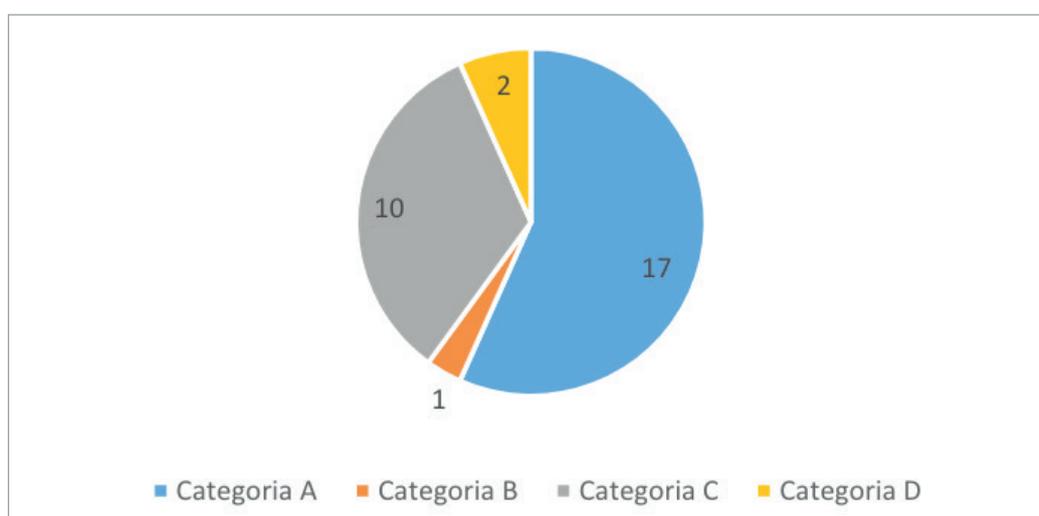


Gráfico 3 – Distribuição das respostas 2 dentro das categorias

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Quanto às palavras que receberam o número 3, ficaram 13 na categoria A, 8 na B e 9 na categoria C, como mostra o gráfico 4.

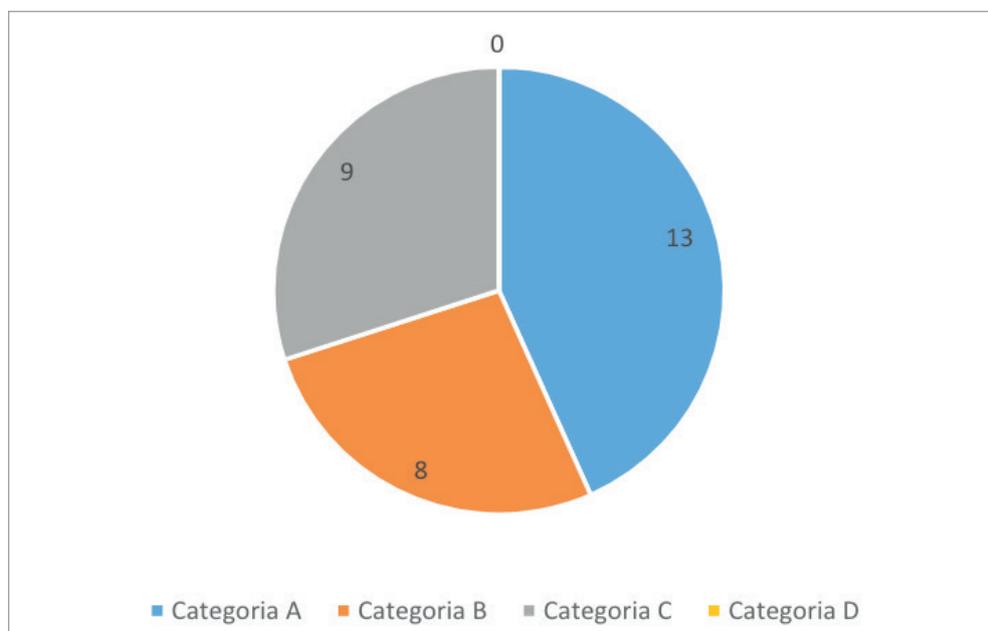


Gráfico 4 - Distribuição das respostas 3 dentro das categorias

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Podemos perceber “claramente” a visão romântica sobre a temática na Categoria A, que aparece com um número expressivo em todos os gráficos. Sobre isso, entre as justificativas, suscitaram as seguintes ideias: “Porque temos que fazer tudo com amor, amor a base de tudo” (Participante 33); “Com amor que conseguimos qualquer objetivo” (Participante 9); “Ele [fazendo referência à criança com deficiência] precisa de carinho da família”. A partir desses pontos, podemos compreender a relação que os profissionais fazem com a afetividade, seja na relação professor-aluno seja na relação família-aluno, colocando sempre o aluno da EE em uma posição de carência.

A segunda categoria mais expressiva foi a C, como podemos observar nos gráficos. Sobre ela, os participantes teceram como comentários: “Todos nós devemos ser respeitados” (Participante 16); “Sentir-se alguém; ser tratado como os demais” (Participante 20). Podemos, então, perceber a compreensão de que o aluno de EE precisa ser concebido como sujeito incluído na escola.

De acordo com Bezerra e Figueiredo (2010, p. 33), “Sendo percebido como sujeito de relação no mundo e do mundo, o aluno com deficiência se vê conquistador de seu espaço real de interações. Isso lhe confere autonomia, valorização pessoal e aumenta sua autoestima”.

Apoiados na fala dos participantes da presente pesquisa, verificamos que o aluno com NEE é pensado como sujeito partícipe da escola, com direito à voz e cuja escuta é considerada importante. Neste contexto, o aluno com NEE é tratado com respeito, concebido como cidadão.

Diante de tal constatação, surge o seguinte questionamento: quais elementos justificariam os profissionais que trabalham na Secretaria Municipal de Educação no município de Jardim de Angicos (RN) destacarem, de modo tão expressivo, que os

sentimentos de acolhida e de respeito às diferenças são necessários para a inclusão exitosa de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE)? De um modo geral, as pesquisas que versam sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola regular apontam como condições para sua efetivação a formação profissional voltada especificamente para a Educação Especial e a aquisição de recursos didáticos adequados. “O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para este trabalho” (MANTOAN, 2003, p. 78).

A terceira categoria mais expressiva foi a B, que teve os seguintes relatos em suas justificativas: “Primeiramente é preciso qualificação para haver educação de qualidade” (Participante 23); “Formação Específica para o docente, pois sem formação adequada para essa área não existirá e nem se terá inclusão a tão falada” (Participante 14). A partir dos comentários, podemos notar a importância que os profissionais atribuem à formação, com ênfase em uma formação continuada.

Por último, aparecendo apenas duas vezes na numeração 2, está a categoria D, com os seguintes relatos em suas justificativas: “Busca de metodologias que ajudem no desenvolvimento de aprendizagem no aluno portador de necessidades especiais” (Participante 23); “Sem o material didático ou objetos especiais (jogos de montar; lápis adaptado, carteira adaptada) também não haverá inclusão” (Participante 15). As falas desses sujeitos evidenciam a necessidade de elementos específicos para a EE.

CONCLUSÃO

A educação especial enquanto modalidade transversal ao ensino está presente em todos os níveis da educação, dos anos iniciais da educação infantil até os graus mais altos da escolarização dentro do ensino superior. Quando falamos de EE em perspectiva inclusiva, é necessário compreender que o público-alvo dessa modalidade estará na sala de aula aprendendo com os demais alunos; nesse sentido, é necessário que o docente compreenda as implicações de suas concepções para a prática pedagógica.

De acordo com os achados do trabalho em apreço, podemos concluir que as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva são permeadas pelos sentimentos de acolhimento ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). O respeito à diferença e à igualdade de direitos também estão presentes nas falas desses sujeitos.

Entretanto, no tocante à formação docente para trabalhar o aluno com NEE e os recursos didáticos, esses aparecem em último plano para a prática de educação inclusiva. Os profissionais não ignoram nem minimizam a relevância desses elementos, pois afirmam que sem esses não haveria inclusão. Porém, em relação a outros trabalhos de natureza científica, que versam sobre a inclusão de alunos com NEE

no sistema regular de ensino, em que professores e gestores das escolas afirmam primeiramente que a formação docente e recursos didáticos são fundamentais para a inclusão exitosa de alunos com deficiência, o presente trabalho enaltece, em primeiro plano, os sentimentos de acolhida e de respeito às diferenças.

Diante de tais constatações, chegamos à conclusão de que a forma como os profissionais que trabalham na educação concebem os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), bem como esses desenvolvem suas práticas docente e administrativa, são imprescindíveis para que a inclusão realmente aconteça em nossas escolas. Não se trata “apenas” de ter formação específica na área ou materiais didáticos. O respeito e o acolhimento às diferenças são imprescindíveis para a inclusão de todos, como também o amor e o carinho que, apesar de atribuírem à inclusão um certo tom de romantismo, são sentimentos necessários, com certa medida, ao lidar com as diferenças entre os pares em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 de Abril de 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

BEZERRA, T. M. C.; FIGUEIREDO, R. V. Inclusão escolar: o aluno com deficiência na escola regular. In: FIGUEIREDO, R. V. (Org.). Escola, diferença e inclusão. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CENSO ESCOLAR. Resultado e Resumos. INEP/Ministério da Educação. Disponível em <<http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>> Acesso em 28 de setembro de 2018.

IBGE. Brasil, Rio Grande do Norte, Jardim de Angicos. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jardim-de-angicos/panorama>> Acesso em 30 de setembro de 2018.

MAGALHÃES, R. de C. B. P.; CARDOSO, A. P. L. B. Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: MAGALHÃES, R. de C. B. P.(org.) Educação especial: escolarização política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escola: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

STAKE, R. E. Pesquisa Qualitativa: Estudando como as Coisas Funcionam. São Paulo: Editora Penso. 2011.

TAVARES, D. W. da S; BRITO, R. C; CÓRDULA, A. C.C; SILVA, J. T. Protocolo verbal e teste de associação livre de palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. Ponto de Acesso, Salvador, v.8, n.3, p. 64-79, dez. 2014.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

I

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

O

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-592-1

